



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 1.019, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1980

DISPÕE SOBRE O REGIME DE ADIANTAMENTO DE MUNE-
RÁRIO AOS SERVIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FORTUNATO JANIR RIZZARDO, Prefeito Municipal de Bento Gonçalves,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O regime excepcional de adiantamento, previsto no Art. 68 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, à conta de dotações orçamentárias, obedecerá ao disposto nesta lei.

Art. 2º O adiantamento só é permitido nos seguintes casos:

- I - quando se tratar de serviços extraordinários e urgentes, que não permitam delongas na satisfação das despesas;
- II - quando se tratar de despesa a ser paga em lugar distante da fonte pagadora;
- III - quando se tratar de despesas miúdas e de pronto pagamento, nas diversas unidades orçamentárias;
- IV - quando o adiantamento for autorizado em lei.

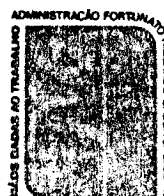
Art. 3º - As requisições de adiantamentos serão expedidas por autoridades que puderem dispor das dotações orçamentárias, devendo ser autorizadas pelo Prefeito e limitadas ao valor máximo de 20(vinte) vezes o valor de referência, vigente no Município.

Art. 4º - As requisições de adiantamento deverão satisfazer as seguintes condições:

- I - indicar a soma a adiantar, em algarismos e por extenso, a repartição, o cargo, o nome do funcionário a quem deve ser feito o adiantamento;
- II - indicação do exercício financeiro e dotação orçamentária por onde deve correr a despesa;
- III - indicação do fim a que se destina o adiantamento e do período de sua aplicação.

Art. 5º - O adiantamento não poderá ser aplicado em despesas estranhas às

4-17...





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

...
que figurarem na respectiva requisição.

Art. 6º - Para os adiantamento haverá tantos empenhos quantos forem as classificações das despesas.

Art. 7º - Os documentos de comprovação das despesas deverão:

- I conter data posterior à do recebimento do adiantamento;
- II referir-se a serviços ou fornecimentos do período indicado na requisição do adiantamento;
- III ter assinatura dos credores ou de seus procuradores, sendo permitidas as assinaturas a rogo, confirmadas pela firma de duas testemunhas, das quais será indicada a profissão e residência.
- IV ser visados pelo responsável.

Art. 8º - As despesas até 5% (cinco por cento) do valor de referência, vigente no município, das quais não seja possível conseguir nota regular, serão individualizadas numa relação, com toda a clareza.

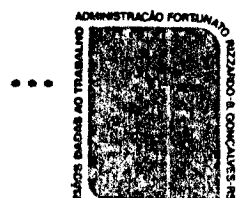
Art. 9º - No caso de restituição de saldos de adiantamentos, proceder-se-á de acordo com as normas contábeis.

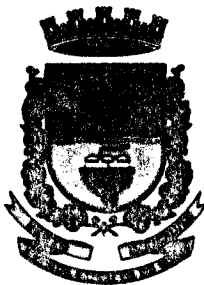
Art. 10 - Os recolhimentos de saldos de adiantamentos far-se-ão aos cofres da repartição pagadora.

Art. 11 - Para comprovar a aplicação do adiantamento os documentos serão entregues na Fazenda Municipal, sendo fornecido um recibo de entrega, obedecendo as seguintes normas:

- I os documentos de despesas, devidamente quitados, numerados e autenticados pelo responsável;
- II se for o caso, a comprovação do recolhimento do saldo do adiantamento;
- III aprovação por parte da autoridade que requisitou o adiantamento.

Art. 12 - A comprovação da aplicação do adiantamento deverá ser apresentada à Fazenda Municipal, dentro do prazo estabelecido na requisição, que nunca será superior a 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento do numerário.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
GABINETE DO PREFEITO

...

Parágrafo Único - Não será feito adiantamento a servidor em alcance, nem a responsável por dois adiantamentos.

Art. 13 - O responsável por adiantamento que deixar de apresentar a comprovação do adiantamento e do recolhimento dos saldos, dentro do prazo determinado, será considerado em alcance.

Art. 14 - Os responsáveis por qualquer adiantamento depositarão o dinheiro recebido nos Bancos oficiais, ou, inexistindo agências destes, em outro banco, observado o seguinte:

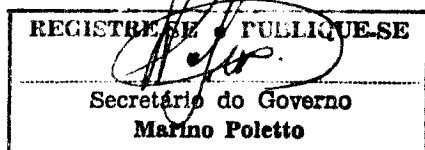
- I o depósito será feito em conta corrente especial - Conta Adiantamento - em nome do responsável pelo adiantamento, com a indicação do cargo ou função que exercer;
- II a conta bancária será movimentada pelo responsável, mediante cheque nominal a favor dos credores, ou, excepcionalmente, ao portador, para despesas que devem ser pagas em espécie pelo responsável;
- III o extrato de conta corrente bancária deverá acompanhar a prestação de contas, para verificação de sua movimentação.

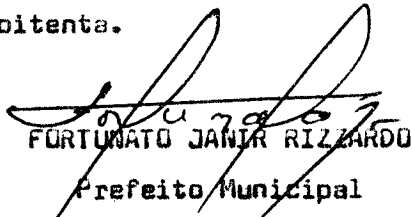
Art. 15 - As repartições que efetuarem a entrega de adiantamentos deverão manter rigorosamente em dia o registro cronológico do vencimento dos prazos, relativos à prestação de contas pelos responsáveis.

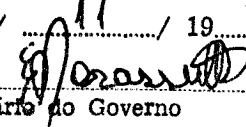
Art. 16 - Aos casos omissos aplicar-se-á o Regulamento Geral da Contabilidade Pública, Decreto nº 15.789, de 08 de novembro de 1922 e Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 17 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES, aos vinte e oito dias do mês de novembro de mil novecentos e oitenta.




FORTUNATO JANIR RIZZARDO
Prefeito Municipal

Reg. no Livro de	Leis
n.º	1019
à fls.	046
28 /	11 / 1980
	
Secretário do Governo Marino Poletto	

